



CLIPPING



19 e 20 DE
JUNHO DE

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 - coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

Justiça forte

O TJPA criou o Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (Cijepa) para ampliar a atuação do Poder Judiciário no Estado.

> ATERRO SILÊNCIO

REFÚGIO

O projeto Minha Escola, Meu Refúgio, da 1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém, realizou capacitação voltada a diretores e coordenadores pedagógicos do Pará. O projeto, que visa a orientar e combater o abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, levará atividades às áreas consideradas de risco, além de disponibilizar canais de denúncias anônimas desses crimes.

As prefeituras de Belém e Ananindeua têm mantido silêncio sobre o andamento das negociações com a Guamá Tratamento de Resíduos para uma possível prorrogação do prazo, por mais dois anos, do funcionamento do aterro sanitário de Marituba. Por meio da Assessoria de Imprensa, o procurador do município de Belém, Alberto Vasconcelos informou que as conversas têm sido "reservadas", que "seguem as tratativas". O novo prazo de funcionamento do aterro termina em 30 de junho.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

JUSTIÇA**TJPA cria Centro de Inteligência para evitar fraudes**

DA REDAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) vai criar o Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (Cijepa). A resolução que permite a criação da unidade foi publicada nesta quinta-feira, 17, no Diário da Justiça Eletrônico. O texto foi aprovado na sessão ordinária do Tribunal Pleno de quarta-feira, 16. O Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (Cijepa) terá competência para identificar o ajuizamento de demandas repetitivas, no âmbito do Poder Judiciário Estadual, assim como elaborar estratégias para enfrentar esses processos, especialmente quando se tratar de potenciais práticas fraudulentas ou nocivas. Caberá ao novo centro também emitir notas técnicas para aperfeiçoar a legislação. Entre as funções do Cijepa está sugerir medidas para a modernização e o aperfeiçoamento das rotinas processuais das secretarias das unidades judiciárias, no processamento de feitos que tenham recebido a mesma solução e realizar estudos e audiências públicas visando a obter subsídios para os temas sob apreciação. O Cijepa deverá manter interlocução com os demais centros de inteligência dos tribunais e com o Centro de Inteligência do Poder Judiciário (CIPJ).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER DIÁRIO

A parceria entre o projeto Minha Escola, Meu Refúgio, do TJPA, e o programa Territórios pela Paz (TerPaz) tem resultado em boas novidades para o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas áreas cobertas pelo programa governamental. A cooperação disponibiliza canais para denúncias anônimas. Na capacitação oferecida a diretores, coordenadores pedagógicos e gestores são repassadas atividades práticas para identificar o comportamento sobre crianças e jovens, bem como sobre a forma de abordagem das vítimas e o papel dos pais diante de casos suspeitos.

LINHA DIRETA

Com o recém-criado Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (Cijepa), capaz de identificar ajuizamento de demandas repetitivas ou de massa, bem como potenciais práticas fraudulentas ou nocivas, o TJPA quer tornar mais célere e eficiente a atuação do Judiciário.

Ex-juiz titular da 14ª Vara do Trabalho de Belém, Antônio Oldemar Coêlho dos Santos, natural de Afuá, foi nomeado ontem em Diário Oficial da União como novo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ALERTA

Pandemia fez crescer violência contra idosos

NÚMEROS - Só no primeiro semestre de 2021, o Disque 100 registrou mais de 33,6 mil denúncias no Brasil

CLEIDE MACALHÃES
DA REDAÇÃO

Em 2033, o número de pessoas com mais de 60 anos alcançará 20% da população brasileira, o que indica um aumento

significativo, já que esse percentual era de 11% em 2013, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E a crise sanitária imposta pela pandemia do novo coronavírus e o necessário confinamento so-

cial amplificou um problema já grave no Brasil: a violência contra as pessoas idosas.

De acordo com números do Disque 100, só no primeiro semestre deste ano, foram registradas mais de 33,6 mil denúncias de violação de

direitos das pessoas idosas. Segundo a Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa do Ministério Público do Pará, na maioria dos casos, a violência é praticada por alguém da família, ou seja, em 83% dos casos.



Claudia Guedes é titular da Delegacia de Proteção ao Idoso

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA



Raul Luiz Ferraz Filho

MINUTA

● O Pleno do Tribunal de Justiça do Pará aprovou minuta de resolução que dispõe sobre a criação e o funcionamento do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac) e sua respectiva Comissão Gestora, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará. A normativa pretende permitir a atuação da Corte na sistemática dos precedentes qualificados, previstos no Código de Processo Civil, tais como repercussão geral, recursos repetitivos, incidentes de assunção de competência e incidentes de resolução de demandas repetitivas. A resolução busca, ainda, pela eficácia no julgamento de ações coletivas.

● O desembargador Luiz Neto, da 2ª Turma de Direito Público, deferiu, na última segunda-feira, 14, o pedido de prorrogação de continuidade do prazo de funcionamento do aterro sanitário por mais 15 dias, tendo em vista que se trata de serviço público essencial que não pode ser descontinuado. O pedido de prorrogação de prazo foi interposto pelo município de Belém e Ananindeua, que tem como partes interessadas, o Estado do Pará, o Município de Marituba e o Ministério Público do Pará.

● Você já imaginou ser acometido por uma doença ou um acidente grave que te deixasse inconsciente? Nesses casos, quais procedimentos médicos você aceitaria ou recusaria? Esses questionamentos são o assunto do “Temas de Saúde” desta semana. As Diretivas Antecipadas de Vontade ou Testamento Vital são documentos de manifestação de vontade do paciente, onde são descritos quais cuidados, e tratamentos médicos o doente deseja ou não ser submetido quando estiver com uma doença grave, incurável e terminal. Quem articula dessa conversa é a médica Larissa Calado, do Serviço Médico do TJPA

● De casa e da igreja, 42 casais selaram a união no tradicional casamento comunitário, realizado no formato virtual, no sábado, 12, quando se comemorou o Dia dos Namorados. A celebração teve mais de 500 visualizações pela internet, encerrou a V Semana Estadual da Conciliação. A desembargadora Dahil Paraense enfatizou que o encerramento da Semana Estadual resulta na “conciliação do amor de duas pessoas que partilham seus projetos, seu cotidiano, as alegrias, os momentos difíceis e toda a construção de vida que se seguirá”.

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Férias terão restrições em Mosqueiro

Juiz da comarca atendeu pedido do Ministério Público e alterou liminar anterior, para atualizá-la em relação ao atual bandeiramento em vigor no Estado do Pará, que prevê normas para prevenção à Covid

VERANEIO

J R Avelar

Atendendo a pedido do Ministério Público do Estado (MPE), através de uma tutela provisória de urgência, o juiz José Torquato de Alencar, da comarca do Mosqueiro, deferiu a medida em decisão publicada na sexta-feira (18) e que pode ser modificada a qualquer tempo, caso haja a constatação de que as medidas sanitárias de prevenção ao coronavírus sejam atenuadas ou não mais se façam necessárias.

A ação civil pública tem como réu o Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares do Pará, sendo que o MPE requereu a alteração da liminar anteriormente concedida tendo como base o atual estágio em que o Estado do Pará se encontra, no caso o do bandeiramento amarelo conforme decreto governamental em vigor.

A promotora de justiça do Mosqueiro, em seu pedido, afirma que o atual bandeiramento do Estado não significa que o retorno da normalidade, como muitos advogam, e sim cautela, conforme rege o decreto 800-2020 que estabelece restrições na atual fase em que o Pará se encontra.

Segundo o juiz da comarca do Mosqueiro, a alteração da liminar, por ele

determinada, visa ajustar a mesma o atual estágio do bandeiramento, "com as peculiaridades atinentes a esta ilha, que está às vésperas do mês de julho, no qual passarão nesta Ilha certamente mais de 1.000.000 de pessoas, o que dificulta sobremaneira a fiscalização, como acontece com a venda de bebidas alcoólicas nas lojas de conveniências a partir da 01:00h e as aglomerações junto aos sons automotivos".

DETERMINAÇÕES

Na liminar, o juiz informa que os restaurantes, bares e lanchonetes só funcionarão até 1h da madrugada, sendo possível música ao vivo ou ambiente, desde que não configurem festas, show e boates, que continuam proibidos.

Os restaurantes, bares e lanchonetes e congêneres de Mosqueiro devem respeitar o limite de 50% de capacidade de ocupação em seus estabelecimentos.

Permanece proibida a utilização de sons automotivos em qualquer horário em vias ou logradouros públicos, sem prejuízo de apurações de infrações penais que violem o sossego público, ou o meio ambiente em ambientes privados.

Permanecem proibidas e fechadas boates, casas noturnas, casas de shows e estabelecimentos afins, bem como a realização de

shows e festas abertas ao público, incluída na proibição a promoção de festas em bares e restaurantes.

O juiz José Torquato de Alencar fixou em R\$ 10 mil o valor da multa em descumprimento de qualquer uma das proibições bem como a apreensão de fontes sonoras utilizadas.

A decisão foi comunicada à Divisão de Polícia Administrativa da Polícia Civil do Pará, à 9ª Seccional Urbana do Mosqueiro e ao comandante do 25º Batalhão da Polícia Militar.

A assessoria jurídica do Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares do Pará deve recorrer ao Tribunal de Justiça do Estado, uma vez que, segundo a assessoria da entidade, a medida "atinge diretamente a economia da ilha".



Mosqueiro é um dos balneários mais procurados pelos paraenses, principalmente durante julho
FOTO: MAURO AVELAR

PARA ENTENDER

ADECISÃO

- Restaurantes, bares e lanchonetes só funcionarão até 1h da madrugada, sendo possível música ao vivo ou ambiente, desde que não configurem festas, show e boates. Deve ser respeitado o limite de 50% de capacidade de ocupação nesses estabelecimentos.
- Permanece proibida a utilização de sons automotivos em qualquer horário em vias ou logradouros públicos.
- Permanecem proibidas e fechadas boates, casas noturnas, casas de shows e estabelecimentos afins, bem como a realização de shows e festas abertas ao público, incluída na proibição a promoção de festas em bares e restaurantes.
- A multa pelo descumprimento é de R\$ 10 mil.



O juiz José Torquato de Alencar, responsável pela comarca
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfncoستا@gmail.com

DOCENTES DO CURSO DE DIREITO DA UFPA LANÇAM CAMPANHA EM FAVOR DA VACINA

Antenados e comprometidos com a saúde e a ciência, professore(a)s e servidore(a)s do Instituto de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA) lançaram uma campanha em favor da vacinação em massa contra a Covid-19 com o tema #AprendoEnsinoVacino – Tome a Vacina. Camisas alusivas à campanha foram confeccionadas e serão usadas durante a vacinação no campus da Ufpa pelos professores e técnicos administrativos. “Nós professores de universidades somos vitrine para nossos alunos. Por isso precisamos mostrar o apoio à ciência e a vacinação nessa pandemia”, destaca Valena Jacob Chaves Mesquita, diretora do



TRF1 escolhe Carina Cátia de Senna para representar a JF no TRE do Pará

A juíza federal Carina Cátia Bastos de Senna, titular da 12ª Vara, será a representante da Justiça Federal no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Pará, no biênio 2021/2023. Ela substituirá o juiz federal Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes, da 10ª Vara, que agora passará a exercer a suplência. A posse da magistrada ainda não está definida, mas deverá ocorrer ainda esse mês. A aprovação do nome da juíza ocorreu à unanimidade, com os votos dos 14



participantes da sessão da Corte Especial Administrativa do TRF1. Carina Senna já foi procuradora do estado da Bahia e no biênio 2018/2020 foi diretora do Foro da Seção Judiciária do Pará.

Correição Ordinária do TRT8 também será analisada pelo CNJ



O Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho publicou dia 15 a Ata da Correição Ordinária da JT da 8ª Região, realizada de 07 a 11/06, no formato telepresencial. Realizada pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, a ata também será submetida para aprovação pelo plenário do CNJ. No momento de leitura da Ata, o corregedor-geral elogiou a atuação do TRT8, “um Tribunal que tem tradicionalmente uma história de atuação diferenciada, na medida que tem uma preocupação permanente com o compromisso institucional da razoável duração do processo”. A presidente do Tribunal, desembargadora Graziela Leite Colares, agradeceu a condução do corregedor e sua equipe e se comprometeu a cumprir as recomendações.



TRE do PA instala comissão para combater assédio moral, sexual e discriminação

TRE do PA instala comissão para combater assédio moral, sexual e discriminação

O TRE do Pará instalou na última segunda-feira, durante reunião virtual, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal e das Zonas Eleitorais. Os presidentes da comissão são a juíza Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira (membro do segundo grau do TRE), que conduziu a reunião; e Jackson Ferraz (presidente e juiz da 29ª Zona Eleitoral). Também participa o juiz eleitoral de Soure, Acrísio Tajra de Figueiredo, além dos demais membros.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VERBIS

Em decreto publicado no Diário Oficial da União do dia 16, o presidente da República concedeu a aposentadoria da desembargadora federal do trabalho Pastora do Socorro Teixeira Leal. Ex-presidente do TRT8, foi magistrada de carreira e exerceu as funções de corregedora. Com larga e reconhecida experiência na área acadêmica, Pastora se dedicará mais a essas atividades com a aposentadoria.

O TJPA criou o Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (Cijepa), que vai identificar o ajuizamento de demandas repetitivas ou de massa e grandes litigantes no Poder Judiciário Estadual, assim como elaborar estratégias

de procedimentos e o aperfeiçoamento da legislação sobre a controvérsia.

Pioneiro no Brasil, o projeto do Núcleo de Prática Jurídica Digital (NPJD) da Faculdade Integrada da Amazônia (Finama) foi selecionado para a 18ª edição do Prêmio Inovare, que identifica e divulga as boas ações que contribuem para o aprimoramento da Justiça no Brasil.

Desembargadora Corregedora Geral de Justiça, Rosileide Maria da Costa Cunha esteve nas Unidades de Processamento Judicial (UPJ's) do Fórum Cível da capital no dia 15. A iniciativa é fruto de recomendação feita pela presidência do TJE-PA

para o tratamento adequado da questão

O centro atuará em potenciais práticas fraudulentas ou nocivas aos jurisdicionados ou ao Judiciário, além de emitir notas técnicas referentes às demandas repetitivas ou de massa para recomendar a uniformização

após solicitação da OAB-PA.

Foram avaliados os problemas da implantação das UPJ's, o que está comprometendo a qualidade e celeridade da prestação jurisdicional. A comitiva conversou com serventuários e advogados. Alberto Campos, presidente da OAB-PA acompanhou a visita.

OAB-PA inaugura Casa da Advocacia de Cametá

O presidente da OAB-PA, Alberto Campos, inaugurou dia 11 a Casa da Advocacia de Cametá. O espaço no formato "Coworking" contempla advogadas e advogados que atuam na região do Baixo Tocantins: Cametá, Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará. Secretário-geral da OAB-PA e presidente da Comissão de Defesa de Direitos e Prerrogativas, Eduardo Imbiriba; o conselheiro federal pela OAB-PA, Sérgio Pinheiro; e o ouvidor-geral da OAB-PA, João dos Anjos, marcaram presença na solenidade, conduzida pela presidente da subseção local, Carla Danielen Prestes Gomes.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MAURO BONNA

Baixe gratuitamente,
o aplicativo do Mauro Bonna



@maurobonna /programaargumento negocios@maurobonna.com.br • PODCAST: "O resumo semanal com Mauro Bonna" Disponível na Apple e Spotify

Desembargo

O juiz Amílcar Guimarães, da 14ª Vara Cível e Empresarial de Belém, é o mais cotado para subir ao Desembargo na vaga aberta pelo recente falecimento da desembargadora Ednéia Tavares.

Yamada

Com 98% dos débitos trabalhistas pagos, a Yamada começará a pagar os demais credores a partir de setembro, dentro de uma recuperação judicial de grande sucesso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia interrompe partida de futebol e prende suspeito de estuprar menina de 10 anos no Pará

De acordo com PC, o crime ocorreu em 2019 e suspeito foi preso próximo a sua residência quando estava jogando bola em um campo de futebol.

20 JUN 2021 - 10H00 | ATUALIZADO 20 JUN 2021 - 10H05 | Compartilhar 0



Um jovem de 20 anos, identificado como Samuel da Conceição Silva, foi preso pela Polícia Civil suspeito de estuprar uma menina com idade inferior a 10 anos, na zona rural do município de Uruará no Pará. O mandado de prisão preventiva expedido pela justiça foi cumprido na tarde da última quinta-feira, 17.

A informação da prisão foi divulgada nesta sexta, 18, pela Polícia Civil. De acordo com PC, o crime ocorreu em 2019 e suspeito foi preso próximo a sua

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

residência quando estava jogando bola em um campo de futebol.

As investigações iniciaram depois que a mãe da vítima procurou o Conselho Tutelar para relatar como tudo teria acontecendo. A criança também foi ouvida e com as provas a polícia solicitou ao juiz da comarca de Uruará a prisão preventiva contra Samuel.

O preso está custodiado na Delegacia de Polícia de Uruará e deve responder pelo crime de estupro de vulnerável.

Com informações do site Gareta Real

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícias Civil e Militar cumprem mandado de prisão em Igarapé-Miri no Pará

Em 10 dias da operação, com o objetivo de coibir a prática criminosa na área fluvial da região do Baixo Tocantins, 12 prisões foram efetuadas e duas intervenções concluídas.

20 JUN 2021 - 09:52 | ATUALIZADO 20 JUN 2021 - 09:52 | Compartilhar 6



Durante as ações da Operação Euterpe, neste sábado, 19, equipes das polícias Civil e Militar, efetuaram a prisão de três pessoas envolvidas com roubos a embarcações e apreenderam uma quantidade de drogas no município de Igarapé-Miri, nordeste paraense. Em 10 dias da operação, com o objetivo de coibir a prática criminosa na área fluvial da região do Baixo Tocantins, 12 prisões foram efetuadas e duas intervenções concluídas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O mandado de prisão foi cumprido na residência de um dos alvos da Operação, localizada no Rio Samaúma, em Igarapé-Miri. Na casa foram encontrados mais dois foragidos da Justiça que estavam escondidos. Após cumprimento de mandado de busca e apreensão na residência, foram encontrados 11 papélotes de maconha. Todos foram conduzidos até a delegacia do município.

Durante a apreensão foram encontrados ainda uma rabeta e dois motores 6.5 HP que teriam sido roubados em um assalto ocorrido no rio Panacauaera.

Durante o deslocamento com os presos para o município de Igarapé-Miri, os agentes flagraram três indivíduos assaltando um barco que transportava palmito, no Rio Meruú. Houve troca de tiros e os assaltantes fugiram para área de mata. As guarnições fazem buscas pelo local.

Segundo a vítima, os criminosos estavam em posse de dois revólveres calibre 38 e uma faca, e haviam roubado uma quantidade de palmito e a quantia de 10 mil reais. Foram apreendidos a rabeta e o motor 15, utilizada pelos assaltantes, e um revólver calibre 38 com duas munições intactas. Os policiais continuam fazendo busca na área.

Com informações da Agência Pará

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça libera apresentações ao vivo em bares e restaurantes de Mosqueiro

As medidas valem desde que não configurem 'shows' e 'festas'

🕒 18 JUN 2021 - 20H00 | ATUALIZADO 18 JUN 2021 - 22H00 | [Compartilhar 0](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#) [Facebook](#) [Print](#)



Na manhã da última quarta-feira, 16 de junho, a Promotoria de Justiça de Mosqueiro participou de uma reunião com permissionários de barracas e Polícia Militar, mediada pela agência distrital de Mosqueiro. O encontro buscou debater a Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Ministério Público do Pará (MPPA) em 2020, e readaptar a liminar concedida anteriormente, para que o seu texto fosse condizente com o atual bandeiramento amarelo, que flexibilizou a abertura das praias e a retomada das atividades econômicas nos municípios da Região Metropolitana de Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O encontro reuniu os promotores de Justiça, Nayara Santos Negrão e Alan Johnnes Lira Feitosa; a advogada de defesa dos barraqueiros, Eva Rocha; o comandante do 25º Batalhão de PM de Mosqueiro, tenente coronel Francisco Ferreira; o comandante do II Comando Policiamento da Capital, coronel Mariuba; o comandante do Corpo de Bombeiros de Mosqueiro, major Ruana; além de comerciantes e ambulantes.

A liminar havia sido utilizada como base para a Vara de Mosqueiro solicitar mais rigor à fiscalização contra aglomerações em barracas do distrito. A decisão judicial anterior causou reação entre músicos e comerciantes da ilha, que alegaram prejuízos econômicos sem precedentes nas áreas de turismo, lazer e cultura de Mosqueiro.

A ideia do Ministério Público do Estado, segundo os promotores, é adequar o texto da liminar ao bandeiramento amarelo, flexibilizando a liminar de acordo com o avanço na liberação das atividades econômicas e sociais, obedecendo os protocolos sanitários de combate à Covid-19 pelo Estado e municípios, bem como as peculiaridades do Distrito de Mosqueiro em tempo de veraneio.

Em atendimento ao pedido do MPPA protocolado no dia 17 de junho, a Justiça emitiu nesta sexta-feira (18) nova liminar, com os ajustes necessários ao bandeiramento amarelo, tais como a permissão da ocupação de até 50% da capacidade dos estabelecimentos e permissão de apresentações ao vivo em bares e restaurantes, desde que não configurem “shows” e “festas”, mas manteve outras restrições, como interdição temporária de casas de show, boates, casas noturnas. A nova liminar estabelece também que bares, restaurantes e lojas de conveniência devem funcionar somente até 1h da manhã.

Segundo a promotora Nayara Negrão, mesmo que as novas medidas sejam menos rígidas que a liminar anterior, não houve liberação de todas as atividades. Ela cobrou responsabilidade e adiantou que nenhum permissionário de barraca de Mosqueiro poderá descumprir a legislação em vigor e os termos da decisão judicial, sob pena de multado de até R\$ 10 mil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O deferimento da petição do MPPA protocolada dia 17 de junho, além de tornar as medidas mais coerentes com o bandeiramento, torna o sistema de monitoramento do distrito mais efetivo, visto que há um grande aumento no fluxo de visitantes durante o mês de Julho.

Fonte: MPPA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça autoriza interrupção de gravidez de vítima de estupro em Altamira

Procedimento deve ser realizado por equipe médica especializada em caráter de urgência



Ana Laura

19.06.21 13h03

A Justiça de Altamira decidiu acatar o pedido do Ministério Público do Pará, feito pela 1ª promotora de Justiça Criminal, Renata Valéria Pinto Cardoso, e autorizou a interrupção da gravidez de jovem que sofreu estupro no município.

A vítima não teve conhecimento da gravidez até o segundo mês de gestação, quando realizou um teste de farmácia e, em seguida, exame de sangue e ultrassonografia. A jovem foi encaminhada ao Hospital Geral de Altamira, local onde manifestou o desejo de interromper a gravidez. De acordo com a nova interpretação dos artigos 124 e 126 do Código Penal decidida em recente julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, a interrupção voluntária da gestação, sem mencionar o motivo, ainda no primeiro trimestre não configura crime.

Além disso, o Código Penal Brasileiro permite a interrupção da gravidez em caso de crime de estupro, razão suficiente para acolher o pleito da mulher que foi vítima do crime. Em decorrência aos fatos apresentados, o poder judiciário deferiu a solicitação do MPPA, emitindo autorização legal para a interrupção de gestação, devendo o respectivo procedimento ser realizado por equipe médica especializada na cidade de Altamira em caráter de urgência.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br